

CRIAÇÃO DE CENÁRIOS: A ESPETACULARIZAÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEA¹

Lilian Stedile Ferri²

Luiz Eduardo Fontoura Teixeira³

Resumo: Intervenções relacionadas ao patrimônio edificado constituem-se em um dos principais eixos norteadores de processos contemporâneos de reabilitação urbana de áreas históricas. Contudo, em inúmeros casos, o direcionamento inadequado de diversas dessas intervenções tem gerado uma intensa homogeneidade entre as paisagens urbanas, diluindo suas características por meio de processos de privatização excludentes que utilizam benfeitorias que deveriam ser usufruídas coletivamente, como os espaços públicos urbanos - locais por excelência que permitem a livre expressão cultural e política. Assim, vislumbra-se a necessidade de maiores discussões a respeito da cidade contemporânea e seus espaços do passado e do presente, que se apresentam mediante não somente seus caracteres visuais, mas, sobretudo, por meio de seus significados culturais. Diante disso, o presente estudo busca delinear um panorama de processos de gentrificação resultantes, especificamente, de políticas de revitalização de áreas históricas pautadas pela criação de cenários homogêneos e espetaculares feitos para o consumo imediato de públicos específicos.

Palavras-chave: reabilitação urbana; espetacularização urbana; gentrificação.

Introdução

Diante do atual quadro vislumbrado nas metrópoles contemporâneas, percebe-se que, de modo geral, as mesmas estão padecendo de significativa carga negativa sobre sua estrutura urbana e social. Tal situação perpassa diversas e complexas questões, entre as quais, a decadência das áreas urbanas históricas dessas cidades, propiciando a realização de iniciativas de revitalização desses locais. Posto isso, faz-se necessário ressaltar que a sociedade atual também vem sendo tomada, cada vez mais, por um espírito privatizante e segregador, indutor da criação de centros fechados que, de certo modo, contribuem para a desvalorização de seus antigos centros urbanos. Assim, o conceito de centro tradicional, como

¹ Trabalho realizado sob vínculo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.

² Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP), mestranda do Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade - PGAU-Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: lilian_ferri@hotmail.com.

³ Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutor em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), Campus São Carlos, docente do Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade - PGAU-Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: fontourateixeira@gmail.com.

núcleo social, cultural e político de uma cidade, pode dar lugar a novas organizações urbanas, bem como a outras centralidades, que tendem a desestruturar a cidade ao transformá-la em uma rede desarticulada composta, em sua maioria, por áreas privadas que apresentam pouco ou nenhum sentido de coletividade. Nesse contexto, abre-se espaço à discussão a respeito do caráter inerente a cada intervenção que se propõe a modificar e/ou melhorar os espaços das cidades, especialmente de suas áreas consideradas históricas.

Intervenções urbanas em áreas centrais históricas

Tratando-se das iniciativas de intervenção urbana em áreas centrais históricas, as mesmas podem estar pautadas em propostas de caracteres distintos - como as de preservação ou de demolição do patrimônio construído, parcial ou total nos dois casos. Em seus polos extremos - em iniciativas de preservação total ou de *tabula rasa* do conjunto edificado - figuram as alternativas mais radicais: na *tabula rasa* em seu sentido mais estrito, a materialidade histórica da cidade é totalmente negligenciada; já no segundo caso, o de preservação total, adota-se uma postura contrária a qualquer tipo de transformação na cidade, enfatizando-se uma musealização dos espaços patrimoniais. Este é um tema que, conforme Moreira (2004), mostra-se propulsor de questionamentos a respeito do que deve ser preservado ou destruído em meio aos acelerados processos em curso no território das cidades contemporâneas. Todavia, a despeito da natureza da intervenção escolhida, deve-se atentar para que o espaço urbano não seja tratado meramente como instrumento gerador de riquezas, submetido estritamente a poderes econômicos e políticos; faz-se necessária, sempre, uma análise criteriosa a respeito da paisagem urbana local.

Em relação ao termo *paisagem*⁴, especificamente, o mesmo apresenta definições que apontam para todo espaço que é exterior ao homem. Portanto, pressupõe-se a existência de um cenário e de um espectador, assim como uma relação entre os valores sociais atribuídos a esse cenário e as técnicas desenvolvidas para sua representação e transformação. Para que haja sentido ao que se visualiza e vivencia, é importante a existência de um relato que transforme em palavras o olhar paisagístico, que pode ser comparado àquele do exilado que retorna à sua terra natal, isto é, “daquele que conhece sua estranheza radical com as coisas,

⁴ De acordo com o dicionário Houaiss (2009, p. 1413), *paisagem* corresponde a: “1. Extensão do território que o olhar alcança num lance; vista, panorama. 2. Conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar”.

mas recorda ou, melhor, constrói um passado, uma memória, um sentido" (ALIATA; SILVESTRI, 2008, p. 12-13).

A paisagem urbana também pode ser entendida quando inserida em um sistema que se encontra diretamente relacionado a outros, tal qual um símbolo, que só possui significado intrínseco se relacionado a um sistema mais geral e complexo (MAGALHÃES, 2001). Diante disso, pressupõe-se que toda intervenção, independentemente da categoria a que pertença, deve buscar a linguagem simbólica que, de acordo com a cultura local e grupos sociais existentes, contribua para que os atuais e futuros usuários identifiquem-se com o espírito do lugar existente, com o seu *genius loci*. Para os povos antigos, pressupunha-se que todo sítio era governado por um *genius loci*, ou seja, por uma divindade que o *locus*⁵ possuía. Ademais, quanto maior for a escala ou área de abrangência de uma intervenção urbana, mais intensos serão os impactos nos distintos componentes que atuam em uma cidade, seja os de caráter social, econômico, cultural e/ou científico. É por isso que se revela de grande importância a busca por uma maior compreensão dos processos históricos de determinado local, como um dos meios de resgate da memória dos grupos sociais locais, suas referências, registros, documentações, limites e perdas, ou seja, de sua memória coletiva. A memória coletiva pode ser considerada um dos fatores que contribuem para a solidez e coesão encontrada em muitos grupos sociais, e que ganha maiores destaques em períodos em que ocorrem grandes mobilizações, como em momentos de festas ou de crises (SILVA; OLIVEIRA, 2011).

Além disso, para Halbwachs (2006), de modo diverso da história, a memória coletiva resgata do passado somente aquilo que ainda pode ser mantido vivo por determinado grupo, retrocedendo no tempo até um determinado limite. Contudo, há que se considerar, também, que a memória coletiva não pode ser confundida com a memória histórica, a qual, segundo o autor, não é um conceito muito apropriado, já que agrega dois termos que são opostos entre si: a história é "a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. [...] a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social" (HALBWACHS, 2006, p. 100-101).

Os diferentes significados atribuídos a um lugar⁶ podem variar conforme as ações que nele se desenvolvem, as quais estão diretamente ligadas às condições de ordem econômica e social existentes, bem como à inserção específica desse local na malha urbana.

5

⁶ Resultante da estreita relação entre o sítio e as construções que o compõem, *locus* é um conceito advindo do mundo clássico e de sua tratadística, em que a escolha de um local para uma construção ou cidade era de importância preeminente (ROSSI, 2007). Sob uma perspectiva sociológica, o conceito de *lugar* está atrelado à noção de "cultura localizada no tempo e no espaço" (AUGÉ, 1994, p.36).

Contudo, nesse contexto, podem entrar em cena modos de exclusão social do território, caracterizados pela concepção de espaços e modos de vida privatizantes e segregadores, decorrentes de uma tendência que se intensificou, de modo mais contundente, com o início da pós-modernidade.

A Pós-modernidade e seus desdobramentos

De acordo com Coelho Netto (2001), apesar de existirem diferentes versões que assinalam o nascimento do período pós-moderno, há certo consenso de que seu início tenha sido após o final da Segunda Guerra Mundial; entretanto, há, ainda, outros estudiosos do tema que consideram o período pós 1945 e anterior à década de 1960 como um “moderno tardio”. Todavia, a pós-modernidade caracteriza-se, principalmente, por revelar aspectos determinantes ao funcionamento e à lógica do sistema capitalista vigente: nesse processo, são preponderantes os avanços tecnológicos, que visam à redução de custos e de tempo; a implantação de estruturas fixas para facilitar os deslocamentos e dar suporte às atividades; e a organização territorial mediante o poder estatal de regulação do dinheiro, das legislações e da política (HARVEY, 2004).

Além desses aspectos, surge, com a pós-modernidade, em nome da segurança individual, a opção por espaços cada vez mais particularizados, conjuntamente à privatização dos próprios espaços públicos urbanos, evitando-se a aglomeração de pessoas, bem como as salutares trocas que poderiam resultar de relações dessa natureza. O mundo pós-moderno também é, em grande parte, responsável pela produção de espaços que propiciam o isolamento, é “um mundo onde se nasce numa clínica e se morre num hospital, onde se multiplicam [...] os pontos de trânsito e as ocupações provisórias” (AUGÉ, 1994, p. 74). Do mesmo modo, é um universo caracterizado pelo provisório e o efêmero, em que os espaços sendo privatizados de modo cada vez mais intenso, configuram guetos e espaços públicos inseguros e negligenciados, tratados apenas como locais de passagem e de circulação rápida. É nesse contexto que surge o conceito de não-lugares, presente na obra de Augé (1994), assim considerados aqueles locais que, pelo seu caráter de passagem e racionalidade, prescindem da relação direta com o outro. Como exemplo, tem-se a cada vez mais intensa informatização dos processos de atendimento ao público, em que não há mais a necessidade de um diálogo direto com um atendente de uma unidade comercial, por exemplo, uma vez que a informatização dos processos propicia o autoatendimento do usuário, e, portanto, seu

consequente isolamento. Além disso, podem também assim serem consideradas tanto as instalações destinadas à circulação de pessoas e bens, quanto os próprios meios de transporte ou de comunicação, como a *web* - para Augé (1994, p. 87), “assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não-lugares criam tensão solitária”.

É por isso que, partindo-se dessas concepções, constata-se que os desdobramentos advindos com a pós-modernidade continuam presentes nos dias atuais, e, com a facilidade de intercâmbio de informações e a consequente homologação dos costumes - como das formas de vestir e das músicas ouvidas, por exemplo - há uma intensificação da tendência da criação de espaços homogêneos por meio de uma reprodução de lugares específicos em diferentes partes do mundo. Desse modo, as metrópoles tornam-se cada vez mais semelhantes umas com as outras, mas, em geral, estranhas aos que nelas habitam. Tais aspectos tornam-se nítidos em intervenções urbanas cujo principal alvo é o público consumidor, de caráter efêmero, como em projetos de revitalização de áreas históricas que visam principalmente à inserção da cidade em uma rede globalizada de cidades receptáculos de turistas. Em cenários desse tipo, os significados identitários e culturais de determinada área são, geralmente de modo caricato, transferidos para a esfera do consumo (LEITE, 2007).

De modo semelhante, em processos dessa natureza, a memória do local é submetida a estratégias de *marketing* urbano apoiadas em políticas que resultam em segregação socioespacial de determinadas camadas da população (principalmente, as de menor renda); é quando a cultura local está inserida em um processo de mercantilização, sendo incorporada a redes de consumo. Nesse sentido, diferenças sociais, aliadas a questões de segregação e exclusão, podem estar alicerçadas em processos como o de globalização da economia e de políticas de comunicação, tanto mais intensas de acordo com o grau de desenvolvimento tecnológico de cada sociedade.

A propósito da mercantilização da cultura urbana e da tematização dos espaços da cidade, Ghirardo (2002), abordando o caso da Disneylândia - primeiro parque temático, ainda nos anos 1960 - e sua rua principal, coloca que: “O puro consumismo marca a *Main Street*, pois as únicas atividades possíveis envolvem o gasto de dinheiro com comida e lembranças. Falta à *Main Street* indústria, pobreza e principalmente vida política” (GHIRARDO, 2002, p.52).

Essa leitura pode ser feita quanto ao recente resultado de uma intervenção urbana cosmética na Rua Vidal Ramos, no centro fundador de Florianópolis. Comerciantes descontentes com o faturamento de suas lojas desenvolveram em conjunto com técnicos em

marketing, o tema do “shopping a céu aberto”, para a pequena rua tradicional. Suas calçadas foram refeitas em pisos padronizados, uma programação visual e coberturas de fachada homogêneas foram implantadas, mobiliário urbano de caráter doméstico foi introduzido, entre outros detalhes. O resultado foi, ao que parece, a padronização e a “pasteurização” dos ambientes, antes um lugar urbano, identitário do pequeno centro fundador e agora um não-lugar, asséptico e neutro.



Figura 1. Rua Vidal Ramos, Florianópolis SC.
Fonte: VIDALRAMOSFLORIANOPOLIS, 2013.

Além disso, a valorização de determinados territórios urbanos em detrimento de outros, também está diretamente relacionada a interesses que visam à “captação da renda imobiliária”, quando as diferentes esferas de governo são apreendidas por tais agentes e “orientam a dinâmica urbana por meio de obras que não obedecem a nenhum plano específico” (MARICATO, 2001, p. 134). Desses casos, resultam políticas de investimento que são orientadas por interesses contrários aos da maioria da população local, para quem tais políticas deveriam ser elaboradas. Segundo Villaça (1998), é a localização que, para o mercado, pode interferir no preço da terra (considerada mercadoria). De maneira análoga, esse valor é maior quanto mais acessível for o terreno aos chamados efeitos úteis da urbanização, como os equipamentos urbanos. É nesses processos em que, se o mercado imobiliário apropria-se da relação valor da terra x acessibilidade, abre-se espaço à especulação imobiliária. A especulação imobiliária é um processo que pode estar presente em intervenções que primam pela qualificação dos espaços públicos e privados, destinando-os a usuários com

maior potencial aquisitivo, alheios à permanência da cultura local e de seus habitantes, resultando em fenômenos como a gentrificação.

Derivada do inglês, *gentrification*, conforme Smith⁷ (1996) *apud* Leite (2007), a expressão começou a ser utilizada na década de 1960, nos Estados Unidos, para conceituar um tipo de intervenção urbana em curso em muitas cidades americanas, cuja principal característica era a reabilitação residencial de seus bairros centrais. Conforme Leite (2007, p. 62), “apesar de ser uma experiência típica do capitalismo pós-guerra [...], as políticas de *gentrification* podem ser consideradas sucessoras pós-modernas da experiência francesa bonapartista do final do século XIX”. Tal experiência - a reforma urbana de Paris, empreendida pelo então prefeito da cidade, o Barão de Haussmann, sob o comando de Napoleão III - tornou-se modelo para a modernização de diversas cidades ao longo da história, como Buenos Aires e Rio de Janeiro⁷⁸, e esteve embasada em princípios de renovação urbana. Por meio da reestruturação de seu antigo traçado, houve destruição significativa de parcelas do tecido medieval existente, assim como a expulsão de moradores locais para os arredores da cidade. Aqui, é importante salientar que processos como esse, de expulsão de antigos moradores que não possuem mais condições de viver na área devido à valorização imobiliária decorrente, estão, na maioria dos casos, inseridos em iniciativas de renovação urbana. Segundo Maricato (2001), ao contrário da reabilitação ou requalificação urbana, processos de renovação pautam-se pelo conceito de *tabula rasa*, com a destruição do tecido existente e com a expulsão também de unidades de pequeno comércio e serviços.

Nesse sentido, emerge novamente, a problemática da homogeneização urbana, que decorre justamente de iniciativas que visam meramente à imagem da cidade perante o mercado, o que contribui para promover uma espetacularização do espaço urbano. Isso ocorre porque o principal alvo desses tipos de intervenção é o turista, e não o habitante local: é a geração das chamadas cidades-museu ou cidades-espetáculo, inseridas em um processo denominado *marketing* ou *branding* urbano (JACQUES, 2008). Conforme a autora, nesse contexto, ambientes históricos existentes são recriados e equipamentos culturais de arquitetura monumental são implantados, surgindo processos como os de estetização, museificação, midiaticização, entre outros. A estetização desses espaços, por exemplo, pode surgir exatamente quando o que se pretende evitar é a homogeneização urbana - quando são

⁷ SMITH, Neil. **The new urban frontier: gentrification and revanchist city**. Londres, Nova Iorque: Routledge, 1996.

⁸ Empreendida pelo então Prefeito Pereira Passos, no início do século XX, a modernização da cidade do Rio de Janeiro, com a construção da Avenida Central, é exemplo paradigmático da introdução, e posterior difusão, dos ideais de sanitarismo embelezador no urbanismo brasileiro.

adotados, de maneira exagerada, elementos de *design* diferenciado, mobiliário urbano, iluminação e arte pública, ou, então, quando se recorre a uma demasiada monumentalização.

Criação de cenários para a encenação de espetáculos

Inúmeras iniciativas de revitalização urbana empreendidas nas diferentes partes do planeta nas últimas décadas seguiram, em diferentes graus, preceitos correlatos aos anteriormente mencionados; dentre as quais, figuram as intervenções nas *Docklands* de Londres, no *SoHo* em Nova Iorque, em *Puerto Madero* na Argentina, em Barcelona, entre outras. Em relação, especificamente, ao caso de Barcelona, na Espanha, o mesmo merece especial atenção, uma vez que serviu de guia para diversas intervenções em outras cidades do mundo nos anos subsequentes, configurando o chamado Modelo Barcelona.

A cidade de Barcelona caracteriza-se por ser, há mais de um século, palco de diversos eventos, Exposições Universais, Fóruns e Jogos Olímpicos, que contribuíram com a conformação de sua paisagem e traçado. Mas, segundo Giacomet (2008), foi a partir da década de 1980 que se oportunizou maior discussão a respeito do planejamento urbano e dos projetos culturais previstos para a cidade, culminando com a realização das Olimpíadas, em 1992, quando se implantou uma infraestrutura que há décadas já estava em atraso - concretizando-se, inclusive, algumas propostas presentes no Plano de Cerdà, do século anterior. Desse modo, os diferentes projetos, inicialmente em pequena escala, foram abrindo caminhos, e dando lugar às grandes obras, que compuseram um expressivo plano urbanístico. De acordo com Ghirardo (2002), a ideia primordial era viabilizar a construção de instalações que durassem mais que o período dos jogos - tais construções conformaram uma paisagem marcada pela coexistência de estilos arquitetônicos diversos, que passavam do historicismo às inovações *high tech*.

Para as futuras construções da Vila Olímpica foram convocados arquitetos espanhóis e estrangeiros de renome que expuseram seu repertório em uma área, ao longo do litoral mediterrâneo, anteriormente composta por instalações portuárias e ferroviárias inutilizadas. Foram também por eles concebidas unidades de habitação com o intuito de que representassem a diversidade arquitetônica existente nas cidades tradicionais: intercaladas por porções de áreas verdes, mas, também, por desproporcionais arranha-céus de grandes hotéis, representativos da futura valorização imobiliária esperada para a área.



Figura 2. Região portuária de Barcelona, Espanha.
Fonte: REVISTABMAIS, 2013.

Além desses fatores, um dos principais anseios era a recuperação da relação dos usuários com o mar, por meio da criação de uma frente marítima que se consolidou somente mediante a demolição das então obsoletas instalações industriais. Assim, a intervenção em Barcelona pode ser considerada fruto de um momento em que já se objetivava atender às demandas do mercado global, com intervenções de curto prazo, alicerçadas no apoio econômico da prefeitura e, também, da iniciativa privada (GIACOMET, 2008). O sucesso econômico da intervenção é atestado pelos anos subsequentes às Olimpíadas, que revelam o auge propulsionado pelo turismo na cidade, inserindo-a em uma rede de cidades turísticas globais em crescente expansão.

Portanto, há que se atentar para o fato de que, nesses diferentes processos, a cultura e o espaço urbano revitalizado podem se tornar espetáculos feitos somente para o consumo imediato de determinados grupos. O que se percebe em iniciativas assim, geralmente, é uma não participação ou uma falsa participação da população local. O que resulta na ideia de que, quanto mais espetaculares são as intervenções urbanas, menor é a participação dessa população, ou seja, mais recorrente também pode ser a gentrificação da área. O fenômeno da gentrificação em nosso país, por exemplo, possui um caso emblemático: a revitalização do Pelourinho, em Salvador.

Considerado Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a área do Pelourinho, na década de 1980, passou a apresentar sucessivo processo de abandono pelas camadas de alta renda, sendo que, já na década de 1990, várias obras de renovação urbana privilegiaram as atividades destinadas ao turismo e entretenimento. Contudo, à população moradora, coube escolher entre a mudança

para uma casa restaurada ou o recebimento de uma compensação financeira. Em 1995, de acordo com Nobre (2003), 85% do total de famílias moradoras no Pelourinho optaram pela compensação e relocação, já que o valor pago era superior à sua renda média. Dessa maneira, entre os anos de 1980 e 2000, houve uma grande redução da população que habitava o Centro Histórico e arredores. Conforme o autor, os grupos de menor renda (até cinco salários mínimos) foram os mais prejudicados. Mesmo ainda sendo a maioria no Centro Histórico, essa população sofreu um decréscimo de 90% para 80% nos anos entre 1991 e 2000, enquanto que os grupos de renda maior (acima de 10 salários mínimos) aumentaram de 2 para 6%.



Figura 3. Pelourinho, Salvador BA.
Fonte: BAHIA, 2013.

Assim, apesar de grande parte do complexo arquitetônico do Pelourinho ter seus imóveis restaurados, a população local saiu perdendo, já que foi relocada para áreas com condições inferiores de habitabilidade, em sua maioria. Outro problema decorrente foi que somente 16% das casas foram restauradas para fins residenciais, sendo que a maioria dos pisos superiores ficaram vazios. Tal fato constitui-se um paradoxo para uma cidade em que significativa parte de sua população possui renda média abaixo de cinco salários mínimos e enfrenta condições precárias de habitação (NOBRE, 2003).

Processos como esses, de gentrificação e segregação urbana, estão pautados em princípios contrários àqueles de heterogeneidade urbana, a qual abarca diferentes aspectos: pode-se tratar da diversidade de usos, bem como da diversidade social - ambas igualmente importantes para a valorização e a retomada da dinamicidade em áreas urbanas centrais em todos os horários e dias da semana. Em se tratando da diversidade de usos, Jacobs (2000) defendia que as áreas urbanas pautadas pelo princípio da diversidade são mais propícias ao caminhar e à possibilidade de inserção de usos desconhecidos e imprevisíveis, configurando-

se paisagens com novas perspectivas. Ao contrário, grandes áreas urbanas compostas por usos únicos podem gerar zonas de fronteira que, por sua vez, criam bairros decadentes - “a estrutura real das cidades consiste na combinação de usos; e nós nos aproximamos de seus segredos estruturais quando lidamos com as condições que geram a diversidade” (JACOBS, 2000, p. 417).

Já em seu caráter social, entende-se que a diversidade é uma característica presente no indivíduo em si, o qual, para Frúgoli Jr. (2007, p. 54), é “um ponto privilegiado de cruzamento de vários círculos sociais, portanto, um polo de relações e tensões”. Assim, a diversidade inerente a toda forma de aglomeração humana é um elemento enriquecedor para a sociabilidade humana, uma vez que permite a agregação de diversidades individuais. O conceito de sociabilidade é advindo do campo da sociologia (ou filosofia social), e esteve, inicialmente, presente nos escritos do sociólogo alemão Georg Simmel. Para os pensadores do tema, a sociedade tal qual se apresenta deriva de um dos modos de organização da experiência humana e abrange uma “rede empírica de relações humanas operativas num dado tempo e espaço” (FRÚGOLI JR., 2007, p. 05).

Assim, promover a diversidade no meio urbano é, ao mesmo tempo, oportunizar a igualdade de direitos. Sob esse prisma, oportuniza-se a discussão a respeito do incentivo à habitação de diferentes classes sociais nas áreas urbanas centrais. Uma vez que, uma questão presente em grande parte das intervenções de recuperação dessas áreas é a sua redefinição funcional aliada à diversidade de usos, o que contribui para o aproveitamento de uma infraestrutura consolidada (mas, muitas vezes, subutilizada e/ou ociosa), ao mesmo tempo em que impede que sejam direcionados recursos para a expansão da malha urbana para áreas periféricas ou ambientalmente frágeis.

Considerações finais

Mediante as problemáticas anteriormente apresentadas, constata-se que toda intervenção, realizada em qualquer área urbana, deve ser pautada por princípios coerentes e condizentes com a realidade local. Todavia, tratando-se de áreas compostas por um patrimônio histórico representativo, os cuidados exigem atenção ainda maior, uma vez que o mesmo se encontra envolto pela ação de agentes diversos ao longo de um percurso temporal maior. Infelizmente, nas últimas décadas, percebe-se o aumento de iniciativas que possuem como objetivo inicial, e, muitas vezes, o principal, a criação de cenários espetaculares

voltados a públicos famintos por cenários prontos para o consumo imediato, do tipo *fast-food*. Assim, cabe à gestão local e aos responsáveis pelas iniciativas de revitalização dessas áreas, a concretização de intervenções que procurem desvelar as sucessivas camadas históricas que compõem a paisagem urbana local, mas que também permitam que outras camadas possam acrescentar suas marcas, sem que, para tanto, perca-se sua historicidade inerente.

Referências

ALIATA, Fernando; SILVESTRI, Graciela. **A paisagem como cifra de harmonia: relações entre cultura e natureza através do olhar paisagístico**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

COELHO NETTO, José Teixeira. **Moderno pós-moderno: modos e versões**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

FRÚGOLI JR., Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

GHIRARDO, Diane Yvonne. **Arquitetura contemporânea: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIACOMET, Luciane. **Revitalização portuária: caso Puerto Madero**. Porto Alegre, 2008. 191 p. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e corpografias urbanas: espetáculo e experiência na cidade contemporânea. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 5, p. 47-47, abr./jun. 2008. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. **A arquitetura paisagista: morfologia e complexidade**. Lisboa: Estampa, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a *tabula rasa* e a preservação:** cenários para o porto do Rio de Janeiro. São Paulo: UNESP, 2004.

NOBRE, Eduardo. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. **X Encontro Nacional da Anpur - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano.** Belo Horizonte, 2003.

ROSSI, Aldo. ***La arquitectura de la ciudad.*** Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

SILVA, Rodrigo; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. **Memória da cidade:** história e patrimônio urbano no Brasil. São Paulo: Conceito Humanidades, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Referências das figuras

Figura 1. Rua Vidal Ramos, Florianópolis SC. **O melhor da vida na Vidal.** Disponível em: <<http://www.vidalramosflorianopolis.com.br/sobre/a-vidal/>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

Figura 2. Região portuária de Barcelona, Espanha. **Inovação aplicada ao desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.revistabmais.com.br/noticia.aspx?id=MTI2Mg>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

Figura 3. Pelourinho, Salvador BA. **Pelourinho histórico.** Disponível em: <<http://bahia.com.br/roteiros/pelourinho-historico/>>. Acesso em: 15 nov. 2013.